



Número: **0028853-10.2021.8.17.2370**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho**

Última distribuição : **08/11/2021**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RICARDO JOSE DA SILVA (AUTOR)		IANE ANDREA DE SA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
92407384	08/11/2021 15:27	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
92407390	08/11/2021 15:27	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
92407392	08/11/2021 15:27	<a href="#">CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÁG 01</a>	Documento de Comprovação
92407394	08/11/2021 15:27	<a href="#">CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÁG 02</a>	Documento de Comprovação
92407396	08/11/2021 15:27	<a href="#">CNH</a>	Documento de Identificação
92407397	08/11/2021 15:27	<a href="#">CPF</a>	Documento de Identificação
92407402	08/11/2021 15:27	<a href="#">DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA</a>	Documento de Identificação
92407411	08/11/2021 15:27	<a href="#">DECLARAÇÃO DO SAMU</a>	Documento de Comprovação
92407413	08/11/2021 15:27	<a href="#">BOLETIM DE OCORRENCIA PÁG 01</a>	Documento de Comprovação
92407415	08/11/2021 15:27	<a href="#">BOLETIM DE OCORRENCIA PAG 02</a>	Documento de Comprovação
92407416	08/11/2021 15:27	<a href="#">FICHA DE INTERNAÇÃO</a>	Documento de Comprovação
92407418	08/11/2021 15:27	<a href="#">PROCEDIMENTO HOSPITALAR</a>	Documento de Comprovação
92407419	08/11/2021 15:27	<a href="#">PROCEDIMENTO HOSPITALAR 02</a>	Documento de Comprovação
92407421	08/11/2021 15:27	<a href="#">PROCEDIMENTO HOSPITALAR 03</a>	Documento de Comprovação
92407424	08/11/2021 15:27	<a href="#">EVOLUÇÃO CLINICA</a>	Documento de Comprovação
92407429	08/11/2021 15:27	<a href="#">EVOLUÇÃO CLINICA 02</a>	Documento de Comprovação
92409083	08/11/2021 15:27	<a href="#">PROCEDIMENTO MÉDICO</a>	Documento de Comprovação
92409088	08/11/2021 15:27	<a href="#">PROCEDIMENTO MÉDICO 02</a>	Documento de Comprovação
92409092	08/11/2021 15:27	<a href="#">PROCEDIMENTO MÉDICO 04</a>	Documento de Comprovação

92409 097	08/11/2021 15:27	<a href="#">PROCEDIMENTO MÉDICO 05</a>	Documento de Comprovação
92409 105	08/11/2021 15:27	<a href="#">PROCEDIMENTO MÉDICO 07</a>	Documento de Comprovação
92409 112	08/11/2021 15:27	<a href="#">PROCEDIMENTO MÉDICO 06</a>	Documento de Comprovação
92409 115	08/11/2021 15:27	<a href="#">RESUMO DE TRATAMENTO</a>	Documento de Comprovação
92409 116	08/11/2021 15:27	<a href="#">LAUDO MÉDICO</a>	Documento de Comprovação
94177 658	01/12/2021 04:45	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO CABO SANTO AGOSTINHO/PE.**

**RICARDO JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, união estável, desempregado, portador do CPF de nº 920.275.394-68 e identidade de nº 3.923.975 SSP-PE, residente e domiciliado no Sítio Tomaz nº 40, Gaibu, Cabo de Santo Agostinho/PE, CEP: 54.500-000, vem à presença de V. Exa., por sua advogada in fine assinado, com endereço profissional constante na procuração anexa, propor:

### **AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

Em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

#### **PRELIMINARMENTE**

**DO NÃO INTERESSE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. ART. 319. VII CPC. – PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE PERITO – CONVÊNIO 05/2015 TJPE.**

Vem a parte autora informar que não possui interesse no aprazamento de audiência de conciliação, visto que, conforme já é conhecido pelo judiciário pátrio, ações que versam sobre o recebimento do **SEGURO DPVAT**, não são resolvidas pela via conciliatória, sem que antes, seja **NOMEADO PERITO JUDICIAL PARA GRADUAÇÃO DA DEBILIDADE PERMANENTE DA PARTE AUTORA**, só assim, sendo passível de composição amigável.

Diante do exposto, visando maior celeridade processual, pugna pela **CITAÇÃO DAS SEGURADORAS RÉS PARA APRESENTAR CONTESTAÇÃO**, e, por conseguinte, a **NOMEAÇÃO DE PERITO JUDICIAL, visto que EXISTE CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AS SEGURADORAS, disposto no ato da presidência 05/2015, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 300,00 para cada perícia realizada.**

#### **DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

A parte autora não possui condições financeiras de arcar com custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

Desta forma, requer desde já os benefícios da Justiça Gratuita, a teor do que preceitua os artigos



98 e 99 do Código de Processo Civil (CPC).

O ordenamento jurídico brasileiro, através da Lei 1.060/50, garantiu aos hipossuficientes pleno acesso aos órgãos judicantes por meio da isenção do pagamento das despesas processuais. A referida garantia ficou consagrada pelo art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal e também passou a ser tutelada pela Lei 13.105/2015, que instituiu o novo Código de Processo Civil.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

**DO INTERESSE DE AGIR – Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças**

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF/88, que retrata o *princípio da inafastabilidade da jurisdição*.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.**

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA**



**DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).**

Contudo, para afastar quaisquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais têm que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligência e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.



Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situações acima expostas.

## **I - DOS FATOS**

**No dia 24 de maio de 2019**, a vítima colidiu com sua motocicleta em uma mureta de ferro, provocando poli traumatismo, sendo socorrido pelo SAMU para Hospital Dom Helder, sendo diagnosticado vários traumas como a **fatura da diáfise da perna direita, fratura grave de CTV, fratura da extremidade proximal da tíbia, fratura luxação do cotovelo, fratura da mão**, gerando incapacidade na parte autora, fatos estes, devidamente comprovados no teor do **Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito, prontuário médico, laudo médico e procedimentos hospitalar do Hospital da Hospital Dom Helder**.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo **que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

**OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DO REQUERENTE, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO, COM JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340, OU SEJA, A PARTIR DO DIA 29/12/2006, DATA QUE OS VALORES FORAM CONGELADOS E A PARTIR DAÍ, NUNCA TIVERAM REAJUSTE.**

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau a ser apurado em perícia judicial**, com a devida correção monetária que deverá incidir a partir do dia 29/12/2006.

## **II- DO DIREITO**

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT



compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

**Art. 3º** - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

#### **PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO**

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

***“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...***

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

***“registro da ocorrência no órgão policial competente”.***

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não**



**são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), **portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário**, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

#### **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

#### **RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS**

**APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA**

**Número do Protocolo: 69727/2008**

**Data de Julgamento: 8-9-2008**

#### **EMENTA:**

**RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA  
SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA -  
ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL -  
AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL  
- POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE  
PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE -  
COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA  
IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO  
PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE -  
GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO -**





**DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO.**

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “**o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**”.

***Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.***

**O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).**

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

**DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova**

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que,



conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

**“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL.** 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, *in casu* levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das



despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao *ônus probandi*, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, **pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social**. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. **Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória**. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito,



atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. **(TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014)**

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova. Determina o art. 358, *in verbis*:

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

## **DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pelo Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia



29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da **correção monetária**, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988) , ao asseverar que:

“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desencontrado do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:



“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.

Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, conseqüentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.

(...)

Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÁ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

#### **EMENTA:**



AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUTIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro.

2. **Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda.**

3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDFT, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J.J. Costa Carvalho, julgado em 2011).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO. (TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 12/07/2013 . Pág.: 154).

“(...) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), **devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.**’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)”



*“(...) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à gradação do valor da indenização de acordo com o ‘grau’ da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), **devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.** (...).(20071010043086APC, Relator J.J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100)”*

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEXO CAUSAL COMPROVADO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. A comprovação do nexo causal do acidente e das lesões pode ser feita por meio de outros documentos, quando ausente o registro de ocorrência perante a autoridade policial. **CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA EDIÇÃO DA MP 340/2006 (29/12/2006).**

**A indenização devida pelo seguro DPVAT, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA” (TJPR - 9ª C.Cível - AC - 1259547-4 - Paranavaí - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).**

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

**“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo.**

**Veja-se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte.**





**Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.**

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tem um entendimento diferente à respeito, porém, com o mesmo raciocínio, evitar a depreciação dos valores instituídos pela medida provisória que foi convertida na Lei 11.482/2007, determinando a correção desde a publicação da Lei, ou seja, desde 31/05/2007, nesses termos:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PERCENTUAL A SER APLICADO SOBRE VALOR FIXADO NA LEI 11.482/2007. CIFRA QUE REPRESENTA DETERMINADO POTENCIAL AQUISITIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE INCIDIR DESDE A DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI 11.482/2007, A FIM DE QUE SE PRESERVE O PODER AQUISITIVO CONFERIDO PELO LEGISLADOR À INDENIZAÇÃO RELATIVA AO SEGURO DPVAT. RECURSO PROVIDO. A representação numérica que se dá um valor é tão somente o índice do poder aquisitivo que tal valor representa. Logo, quando o Legislador estabeleceu, na Lei n. 11.482, publicada em 31-5-2007, que a indenização relativa ao seguro DPVAT deveria ser calculada com base no valor máximo de R\$ 13.500,00, o legislador conferiu aos respectivos segurados o direito de receber determinado percentual do equivalente ao poder aquisitivo que R\$ 13.500,00 representavam em 31-5-2007. Por conseguinte, os mesmos R\$ 13.500,00, nas datas em que ocorreram os acidentes de trânsito com os autores apelantes, não representavam mais o potencial aquisitivo que o Legislador destinou à indenização relativa ao seguro DPVAT, já que, para tanto, os R\$ 13.500,00 careceriam ser corrigidos monetariamente, segundo o INPC/IBGE”. (TJ-SC - AC: 20130517842 SC 2013.051784-2 (Acórdão), Relator: Carlos Prudêncio, Data de Julgamento: 02/09/2013, Primeira Câmara de Direito Civil Julgado)

Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com **JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês**, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e **CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em **até R\$ 13.500,00**, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);



## DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, **tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.**

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

**“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”**

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim *verbis*:

**Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)**

**§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)**

**(...)**

**§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)**

**§ 4º – “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g.n.)**



**a) O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;**

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenado no pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, aplicando assim, o parágrafo 3º do art. 20, que assim prevê:

**§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação**, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:

**§ 4º – “Nas causas de pequeno valor**, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação equitativa** do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g.n.)

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 20, § 4º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

**“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrigli, j. em 20-3-2001).**

**“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)**

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, **ou** que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o



§ 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

### III - DO PEDIDO

**Ex positis**, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

a) **A concessão da justiça gratuita**, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

b) A condenação da Requerida ao pagamento da Invalidez Permanente a parte Autora, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação.

c) Opta a requerente pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação, de acordo com o art. 319, VII, CPC/2015, fundamentado pela imprescindível realização de perícia médico/técnica neste tipo de ação;

d) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

e) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, **for decretada a revelia da Seguradora Requerida**, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, **condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo**, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

f) Que julgue a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, **reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em **até R\$ 13.500,00**, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

g) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.



**g.a)** Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora **ultrapasse a metade** do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do **parágrafo 3º** do art. 20 do CPC na condenação dos honorários.

**g.b)** Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, **não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável**, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no **parágrafo 4º** do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.

h) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

i) **Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome do DRA. IANE ANDRÉA DE SÁ FERREIRA, OAB/PE – 16.450, sob pena de nulidade**, conforme preceitua o art. 236, § 1º do CPC;

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Cabo de Santo Agostinho/PE, 08 de novembro de 2021

**IANE ANDRÉA DE SÁ FERREIRA**

**OAB nº 16.450**





SÁ FERREIRA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

## INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO JUDICIAL PARTICULAR

**Outorgante:** RICARDO JOSÉ DA SILVA, brasileiro, união estável, portador do CPF de nº 920.275.394-68 e identidade de nº 3.923.975 SSP/PE, residente e domiciliado no Sítio Tomaz, nº 40, Gaibu, Cabo de Santo Agostinho-PE, CEP 54.500-000, telefone: 081 98864-2414.

**Outorgadas:** IANE ANDRÉA DE SÁ FERREIRA, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/PE sob o nº 16.450 e IAN KARLO DE SÁ FERREIRA, brasileiro, divorciado, Bacharel em Direito, portador da identidade nº 439.4166 SDS/PE ambo(a)s com endereço profissional na Avenida Historiador Pereira da Costa, nº 786, 1º Andar, Cabo de Santo Agostinho-PE.

**Poderes:** Os outorgantes conferem aos outorgadas, os poderes das cláusulas ad judicium et extra e os poderes para agir no foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo assinar, acordar, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromisso, substabelecer, declarar a hipossuficiência e requerer os benefícios da justiça gratuita.

Cabo Santo Agostinho/PE, 08 de novembro de 2021.

  
RICARDO JOSÉ DA SILVA

CPF de nº 920.275.394-68





**CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**ADVOCATÍCIOS**

**RICARDO JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, união estável, portador do CPF de nº 920.275.394-68 e identidade de nº 3.923.975 SSP/PE, residente e domiciliado no Sitio Tomaz, nº 40, Gaibu, Cabo de Santo Agostinho-PE, CEP 54.500-000, telefone: 081 98864-2414.

**CONTRATADA: IANE ANDRÉA DE SÁ FERREIRA**, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/PE sob o nº 16.450, com endereço profissional à Av. Historiador Pereira da Costa, nº 786, 1º andar, Cabo de Santo Agostinho/PE.

**OBJETO:** A Contratante compromete-se a ingressar com uma ação civil, perante o foro competente, contra a LIDER SEGURADORA DPVAT.

**DA REMUNERAÇÃO:** Caberá a Contratada a título de honorários advocatícios, pela remuneração dos seus serviços o percentual de 20% (vinte por cento) sobre todo e qualquer ganho financeiro decorrente das referidas ações, o que inclui multas estabelecidas, sendo recebido em juízo ou fora dele.

**Parágrafo Primeiro:** O percentual mencionado será disponibilizado para a Contratante a medida que forem sendo recebidos, mediante depósito em conta.

**Parágrafo Segundo:** Todas as despesas com custas processuais em todas as instâncias, deverão serão arcadas pela contratante.

**DO FORO:** Os contratantes elegem o foro da Capital para dirimir as controvérsias decorrentes deste contrato.





Cabo de Santo Agostinho/PE, 08 de novembro de 2021.

**CONTRATANTE:**

**RICARDO JOSÉ DA SILVA**

CPF de nº 920.275.394-68

**CONTRATADA:**

**IANE ANDRÉA DE SÁ FERREIRA**

OAB/PE 16.450





**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CONSTITUICAO DA REPUBLICA**  
**LEI DE 1954 DE 13 DE MARCO**  
**ARTIGO 171, PARAGRAFO 1º**

**RICARDO JOSE DA SILVA**

**DOE IDENTIDADE: GRS. BRASILEIRO (UF)**  
**3523972 RSP PE**

**CPF**  
**928.375.394-48** **DATA NASCIMENTO**  
**15/09/1971**

**FILIAÇÃO**  
**JOSE JOAO DA SILVA**  
**JOSEFA OLIMPIA DA SILVA**  
**VA**

**PERMISSAO**  
**ACC**  
**CEL. RAB**  
**II**

**1ª EMISSAO**  
**02/08/2004** **2ª EMISSAO**  
**12/04/2004** **3ª EMISSAO**  
**07/08/2004**

**PROIBIDO PLASTIFICAR**  
**2237037606**

**PROIBIDO EM TODOS OS TERRITORIOS NACIONAIS**  
**2237037606**

**Assinatura**  
*Ricardo Jose da Silva*

**LOCAL**  
**CARUARU, PE** **DATA EMISSAO**  
**19/02/2021**

**Assinatura**  
*Roberto Carlos Moura da Silva*

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
**34776307289**  
**PE106212234**

**PERNAMBUCO**  
**DETRAN - CONTRAN**





MINISTÉRIO DA FAZENDA

**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**920.275.394-68**

Nome  
**RICARDO JOSE DA SILVA**

Nascimento  
**15/09/1971**

**VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**



Desde: 28 de Abril de 1984

Rua Laurentino Gomes, S/N - Gaibu

Cabo de Santo Agostinho - PE

CNPJ: 08.917.841/0001-70

Fone: 3512-0293

## Declaração de Residência

Declaro para os devidos fins que o Sr. ( ☐ )

Ricardo José da Silva, brasileiro( ☐ ),

nascid( ☐ ) em 15.09.1971 natural da cidade

Cabo de Santo Agostinho PE. Portad( ☐ ) do RG. Nº

3923975 e do CPF nº 920.275.394-68 filh( ☐ )

João José da Silva

~~Residente em~~

na Sr. Tomaz N. 40 Gaibu

Gaibu Cabo de Santo Agostinho PE

Nada mais a declarar para o seguinte momento, afirmo e confirmo as informações acima citadas.

Gaibu 131 101 3021

Cintia Adolfo de Jesus  
A.M.P.G.  
Presidente  
Cintia Adolfo de Jesus

08.917.841/0001-70

Associação dos Moradores  
da Praia de Gaibu

CEP: 54.500-992

Cabo de Santo Agostinho - PE





Ipojuca, 19 de Dezembro de 2019

**Origem:** Coordenação do SAMU IPOJUCA

**Destino:** Ricardo José da Silva

**Assunto:** DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO SAMU IPOJUCA.

Declaro para os devidos fins que **Ricardo José da Silva** nascido em 15/09/1971, **RG 3.923.975 SDS -PE**, foi atendido por nossa Unidade de Suporte Basica (USB), no dia 24/05/2019, por volta das 09h 32min ,Na BR 101, Sentido Cabo de Santo Agostinho -PE, sob o protocolo **S-632060**(número da ocorrência para regulação do SAMU), vítima de **Acidente de Trânsito**, A equipe do SAMU IPOJUCA realizou os procedimentos necessários para estabilização do referido (cumprindo com todo o protocolo de atendimento ao trauma), em seguida removendo-o para o Hospital Dom Helder Câmara , no município do Cabo de Santo Agostinho -PE.

  
Dulce das Candeias  
Coordenação de Enfermagem  
SAMU - Ipojuca  
Mat. 5795/2

Coordenação  
SAMU IPOJUCA

Rod. PE-38 Km 9 – Nossa Senhora do Ó, Ipojuca – PE.  
FONE : ( 81 ) 3527 - 9347







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 040ª CIRCUNSCRIÇÃO - CABO DE SANTO AGOSTINHO -  
DP40ªCIRC DIM/10ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0130008693**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **24/12/2019** às **09:27**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia **24/5/2019** no período da **Manhã**

Fato ocorrido no endereço: **RODOVIA BR 101 SUL, 01, SENTIDO CABO DE SANTO AGOSTINHO -**  
Bairro: **CHARNECA - CABO DE SANTO AGOSTINHO/PERNAMBUCO/BRASIL** - Ponto de Referência:  
**PROX. A FAZENDA ESMERALDA**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

OUTRO (AUTOR \ AGENTE )  
RICARDO JOSE DA SILVA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): RICARDO JOSE DA SILVA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**RICARDO JOSE DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: JOSEFA OLINDINA DA SILVA Pai: JOSE JOAO DA SILVA Data de Nascimento: 15/9/1971 Naturalidade: CABO DE SANTO AGOSTINHO / PERNAMBUCO / BRASIL**  
Endereço Residencial: **BAIRRO DE GAIBU (BAIRRO), 01, SITIO TOMAS - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - CABO DE SANTO AGOSTINHO/PERNAMBUCO/BRASIL**

**OUTRO (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**MOTOCICLETA (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **RICARDO JOSE DA SILVA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **RICARDO JOSE DA SILVA**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/NXR150 BROS** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PFK7231 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**

Complemento / Observação



**INFORMA A VITIMA QUE QUANDO EM TRANSITO NA BR 101 SUL SENTIDO CABO DE SANTO AUGOSTINHO, PERDEU O CONTROLE DO VEICULO VINDO A COLIDIR COM A MULETA DE FERROS, SENDO SOCORRIDO PELO SAMU SOB O PROTOCOLO S-632060 NUMERO DE OCORRENCIA E EM SEGUIDA REMOVIDO PARA O HOSPITAL DOM HELDER CAMARA A ONDE FOI SUBMETIDO A INTERVENÇÃO CIRURGICA NO BRAÇO DIREITO E PERNA DIREITA, A ONDE FICOU HOSPITALIZADO POR NOVENTA DIAS.**

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**RICARDO JOSE DA SILVA**  
(VITIMA)

B.O. registrado por: **FLAVIO DE LIRA SOUZA** - Matrícula: **111428-0**

24/12/2019 10:33



FICHA DE INTERNAÇÃO DO PACIENTE

Atendimento do Paciente: 502117

Data e Hora do Atendimento: 24/05/2019 13:06

Usuário do Atendimento: MARIZAMSS

Convênio: SUS - INTERNACAO

Nome do Paciente: RICARDO JOSE DA SILVA

Prontuário: 94813

Nome da Mãe: JOSEFA OLINDINA DA SILVA

Nome do Pai: JOSE JOAO DA SILVA

Data do Nascimento: 15/09/1971

Idade: 47 anos Sexo: MASCULINO

Estado Civil: CASADO

RG: 3923975

SSP PE Data Emissão:

CPF: 92027539468

Certidão de Nascimento:

Data Emissão:

Naturalidade:

Escolaridade: FUNDAMENTAL 1A A 4A COMPLETO

Carteira Nacional SUS: 700006579461807

Ocupação Habitual: AUXILIAR SERVICO GER/

Endereço: RUA SITIO TOMAS GAIBU

CENTRO

cidade: CABO DE SANTO AGOSTINHO

PE

CEP: 54505000

Fone:

DADOS DO ATENDIMENTO

Origem: SAMU

Médico: MENANDRO BEZERRA DE MELO MARTII CRM: 14418

Especialidade: CIRURGIA GERAL

Acomodação: BLOCO CIRURGICO - RPA

Leito: BL-1 A

HDA - Hospital Dom Helder Câmara  
Evângela C. Dias de Souza  
Faturamento/SAME  
Em: 07 JUN. 2019

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Autorizo a internação do paciente acima mencionado no HOSPITAL DOM HELDER CAMARA, bem como os tratamentos clínicos e cirúrgicos (intervenção cirúrgica, anestésias, transfusões, exames de sangue, ou qualquer outro tipo de exame médico laboratorial) que se fizerem necessários para o diagnóstico, tratamento, cura e o bem estar do paciente.

Cabo de Santo Agostinho, 24/05/2019

Assinatura e R.G. do Responsável:

SUMÁRIO DE ALTA

Condições de Alta: melhora

Diagnóstico: este Prot. de platênial @ + Exame ext. Proletu

Procedimento: PDR - cateterismo de PDR + PDR / CTU: Exame ext.

Alta em: 05 / 06 / 2019 Hora: 10:00

Dr. Igor Abulad  
Médico / CRM 31179

Médico e C.R.M.:

Responsável pela retirada do paciente - Nome:

Assinatura e R.G.:

HDA - Hospital Dom Helder Câmara  
Aluísio de Souza  
SAME / Faturamento

07.06.19







HOSPITAL METROPOLITANO DOM HELDER CAMARA  
ATENDIMENTO AMBULATORIAL - EGRESSO



Atendimento: 506157  
Data e Hora: 17/06/2019 09:52

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Paciente: 94813 RICARDO JOSE DA SILVA Sexo: MASCULINO  
Data do Nascimento: 15/09/1971 Idade: 47 anos Convenio: 2 SUS/SIA AMB/URG  
Nome da Mãe: JOSEFA OLINDINA DA SILVA Nome do Pai: JOSE JOAO DA SILVA  
Estado Civil: CASADO Nome do Médico: LEONARDO CAMAROTTI DE OLIVEIRA CAI CRM: 13783  
Endereço: RUA SITIO TOMAS GAIBU - BAIRRO GAIBU Bairro: CENTRO  
Cidade/UF: CABO DE SANTO AGOSTINHO PE Usuário Atendimento: CINTHIAEABC  
RG (Identidade): 3923975 SSP PE Data de Emissão:  
CPF (Cadastro de Pessoa Física): 92027539468 Fone:  
CRN(Certidão de Registro de Nasc): Data de Emissão CRN:

HDA - HISTORICO DA DOENÇA ATUAL

Paciente em BPO de longa data  
de longo tempo; enfim do  
fixado, após longo de tempo

EXAME FISICO

Temperatura: ( )  
Pressão Arterial: ( ) C: 37,5  
Peso: ( )  
Altura: ( )  
Outros: ( )

SOLICITAÇÃO PARA CONSULTA DE RETORNO

Data do Retorno: Hora do Retorno:  
Médico do Retorno:  
\* notações:

Carimbo/Médico

HDH - Hospital Dom Helder Câmara  
18 JUN 2019

OBS: Ao final da consulta encaminhar essa ficha para o atendimento (recepção). Caso a solicitação de retorno seja preenchida o setor (ambulatorio de egresso) fará o agendamento tipo 2 (Retorno).

RAIO-X

DATA	LOCAL DO CORPO	QUANTIDADE DE
19	70 D APP. Perna S. CPG. CTV. D APP.	





# HOSPITAL DOM HELDER CAMARA

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 19/08/2019 08:57

Nome Paciente: RICARDO JOSE DA SILVA  
Cód. Paciente:  
Data de Nascimento: 15/09/1971  
Sexo: Masculino  
Idade: 47 anos  
Senha: 0014  
Convênio:  
Atendimento:  
SAME:

Período: 19/08/2019 09:04 - 19/08/2019 09:07

JULIANA BION OLIVEIRA - COREN: 445775 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade: NÃO URGENTE - VERDE  
Cor: VERDE

Queixa Principal: PACIENTE DE DEMANDA PARA AVALIAÇÃO DA ORTOPEDIA COM RELATO DE DOR EM MSD. RECEBEU ALTA DO HDH HÁ 06 DIAS, POR CIRURGIA DEVIDO ACIDENTE MOTOCICLISTICO (ACOMPANHADO POR DR LEONARDO CANEJO).

Medicamento(s): FEZ USO DE DAPIRONA SEM MELHORA DE DOR.

Observação: HAS-/DM-/ DESCONHECE ALERGIAS MEDICAMENTOSAS.  
FC=108BPM

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - DOR LEVE (1-3/10)

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos: - PAD: 110.00 MMHG  
- PAS: 140.00 MMHG

Acolhido(a) por: JULIANA BION OLIVEIRA - COREN: 445775 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 19/08/2019 09:07

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



# HOSPITAL DOM HELDER CAMARA

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 24/05/2019 10:46

Nome Paciente: RICARDO JOSE DA SILVA  
Cód. Paciente:  
Data de Nascimento: 15/09/1971  
Sexo: Masculino  
Idade: 47  
Senha: 0019  
Convênio:  
Atendimento:  
SAME:

Período: 24/05/2019 10:52 - 24/05/2019 10:57

ALESSANDRA GOMES DE OLIVEIRA SILVA - COREN: 414455 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade:

EMERGENCIA - VERMELHO

Cor:

VERMELHO

Queixa Principal:

PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU VITIMA DE QUEDA DE MOTO COM FRATURA EM MSD E LESÃO EM MID E NA CABEÇA. NO MOMENTO COM SUPORTE DE OXIGENIO POR VENTURI À 50%

Exatidão sintoma: TRAUMA

Discriminador(es):

- SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO COM DEFORMIDADE

Especialidade:

CIRURGIA GERAL

Sinais Vitais Lidos:

- RÉGUA DE DOR: 8  
- ESCALA DE GLASGOW: 14  
- SATO2: 100.00 %

Acolhido(a) por: ALESSANDRA GOMES DE OLIVEIRA SILVA - COREN: 414455 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 24/05/2019 11:04

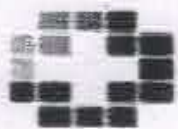


Assinado eletronicamente por: IANE ANDREA DE SA FERREIRA - 08/11/2021 15:26:47

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21110815264773500000090434075>

Número do documento: 21110815264773500000090434075

Num. 92407421 - Pág. 1



**HOSPITAL  
DOM HELDER**



**SERVIÇO DE TRAUMATOLOGIA**

**DATA: 27/5/2019 11:48**

**EVOLUÇÃO ENFERMARIA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA**

NOME: RICARDO JOSÉ DA SILVA			
	ENFERMARIA/ LEITO 402-3	ATENDIMENTO	

**402-3**

**EVOLUÇÃO CLINICA**

**EVOLUÇÃO** PCT POLITRAUMATIZADO COM FRATURA EM MAO , OSSOS DA PERNA E COTOVELO FLUTUANTE . EM USO DE FIXADOR.

PCT LUCIDO PORÉM LEVEMENTE DESORIENTADO, COM PERDA DA MEMORIA RECENTE + CONFUSAO MENTAL .

TC DE CRANIO DE ENTRADA: SEM ALT SEGUNDO CIRURGIAO.

**CONDUTA**

SOLICITO AVALIAÇÃO NEUROLOGISTA  
SOLICITO NOVA TC DE CRANIO  
SOLICITO EXAMES  
OBSERVAÇÃO

Dr. Igor Abutrab  
Médico I.C.R. - PE 27775

27 MAIO 2018





**SERVIÇO DE TRAUMATOLOGIA**

**DATA: 29/5/2019 12:39**

**EVOLUÇÃO ENFERMARIA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA**

NOME: RICARDO JOSÉ DA SILVA			
	ENFERMARIA/ LEITO 402-3	REG: 94813	

**402-3**

**EVOLUÇÃO CLINICA**

**POLITRAUMATISMO ( FRATURA GRAVE CTV + OSSOS DA PERNA)**

**EVOLUÇÃO :**

PCT EM BOM ESTADO GERAL, LUCIDO E ORIENTADO. NO MOMENTO SEM QUEIXAS E COM MELHORA DA MEMORIA E DA ORIENTAÇÃO. AVALIADO PELA NEURO QUE DIAGNOSTICOU COM LAD.

PCT COM FRATURA GRAVE DE CTV . COM PESSIMO PROGNOSTICO E SEM CAPACIDADE DE INSERIR PROTESE, PROGRAMADA CIRURGIA DE ARTRODESE PRIMARIA

**CONDUTA**

AGUARDA PLANEJAMENTO CIRURGICO

Dr. Igor Abitrad  
Médico ORTOPEDIA

29 MAIO 2019



Aviso de Cirurgia : 41401 Sala : 0003 SALA 03  
Paciente : 94813 RICARDO JOSE DA SILVA Atendimento : 502117  
Convênio Atend. : 1 SUS - INTERNACAO Carteira :  
Leito : 703 402 - 01 - LT TRAUMA Idade : 47 Anos  
Dt. Início : 24/05/2019 16:00 Dt. Fim : 24/05/2019 18:00  
Sid Pré-Operatório : S424 FRATURA DA EXTREMIDADE INFERIOR DO UMERU  
Sid Pós-Operatório : S821 FRATURA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DA TIBIA

Procedimento: 0408050500 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia: 86 RAQUI ANESTESIA + SEDACAO

CIRURGIAO 15820 BRUNO HENRIQUE PIRES DE LIRA

**Descrição Cirúrgica :**

1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA
  2. ASSEPSIA E ANTISSEPSIA + APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS
  3. VERIFICADA LESÃO GRAVE DE COTOVELO DIREITO, COM SIGNIFICATIVA LESÃO DE PARTES MOLES E COMINUIÇÃO ÓSSEA, COM PERDA ACENTUADA DE FRAGMENTOS. FEITO DESBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS E RETIRADA DE FRAGMENTOS ÓSSEOS DESVITALIZADOS.
  4. LAVAGEM EXAUSTIVA COM SF
  5. FIXAÇÃO EXTERNA TUBO-A-TUBO TRANSARTICULAR AO COTOVELO DIREITO
  6. REDUÇÃO + FIXAÇÃO DO 1º METACARPO DIREITO COM 02 FIOS-K CRUZADOS PERCUTÂNEOS SOB ESCOPIA
  7. DESBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS DA PERNA DIREITA
  8. LAVAGEM EXAUSTIVA C/ SF 0,9% DO FOCO DE FRATURA
  9. REDUÇÃO + FIXAÇÃO DA FRATURA COM FIXADOR EXTERNO TUBO-A-TUBO
  10. SUTURA POR PLANOS COM NYLON
  11. BOA PERFUSÃO DISTAL AO FINAL DO PROCEDIMENTO
- CURATIVO  
RX CONTROLE

**Achados Cirúrgicos:**

**Descrição Complementar**

DR(A) : BRUNO HENRIQUE PIRES DE LIRA  
CRM : 15820

BRUNO HENRIQUE P. DE LIRA  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-PE 15.820/TEOT-13.119







HOSPITAL  
DOM HELDER CÂMARA



Leito da SRPA:

02

1. Identificação

Nome: Ricardo José da Silva data: 23/06/19 Hora: 13:00 Registro: 94813  
Leito de origem: \_\_\_\_\_

2. Procedimento cirúrgico

Cirurgia: Hto. Cir  
Tipo de anestesia: Roguit + Pedropi Anestesista: Dr. Rodrigo  
Equipe: Dr. Pedro

3. Admissão

Estado geral: ( ) Bom ☒ Regular ( ) Torporoso ( ) Grave<sup>o</sup>  
Respiração: ☒ Espontânea ( ) Assistida não invasiva ( ) Entubado ( ) Traqueostomizado  
Sonda: ( ) SVD ( ) SNG ( ) SNE  
Acesso Venoso Periférico: ( ) Não ☒ Sim Onde: HSE  
Acesso Venoso Central: ☒ Não ( ) Sim Onde: \_\_\_\_\_  
Drenos: ☒ não ( ) sim Onde: \_\_\_\_\_  
Sinais vitais: PA: 117 x 86 mmHg FR: \_\_\_\_\_ p/min FC: \_\_\_\_\_ p/min SaPO2: 99%  
Glasgow: \_\_\_\_\_

4. Monitorização

SSVV/ Horário	15'	30'	60'	1:30 h	2:00 h	3:00 h
PA	<u>113 x 83</u>	<u>115 x 82</u>	<u>112 x 81</u>	<u>126 x 87</u>	<u>131 x 96</u>	—
FR	<u>70</u>	<u>67%</u>	<u>63</u>	<u>60</u>	<u>68</u>	—
FC	<u>68</u>	<u>10</u>	<u>13</u>	<u>10</u>	<u>17</u>	—
SaPO2	<u>99%</u>	<u>98%</u>	<u>100%</u>	<u>99%</u>	<u>98%</u>	—
Glasgow	—	—	—	—	—	—

5. Intercorrências/observações:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6. Alta da SRPA

Sinais vitais: PA: \_\_\_\_\_ FC: \_\_\_\_\_ FR: \_\_\_\_\_ SaPO2: \_\_\_\_\_ Glasgow: \_\_\_\_\_

Destino: ( ) Enfermaria ( ) UTI ( ) Emergência ( ) Ambulatório ( ) Residência

Data: \_\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_ Responsável pelo encaminhamento: \_\_\_\_\_

Alta da SRPA pelo médico: \_\_\_\_\_

Dr. Carvalho  
110 110 286

CÓD. 38398



### Ficha de Cirurgia Descritiva

Aviso de Cirurgia : 42464 Sala : 0002 SALA 02  
Paciente : 94813 RICARDO JOSE DA SILVA Atendimento : 507259  
Convênio Atend. : 1 SUS - INTERNACAO Carteira :  
Leito : 704 402 - 02 - LT TRAUMA Idade : 47 Anos  
Dt. Inicio : 07/08/2019 12:00 Dt. Fim : 07/08/2019 14:00  
Id Pré-Operatório :  
Id Pós-Operatório :

### Procedimentos

Procedimento: 0408020547 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO OU FRATURA-LUXAÇÃO DO COTOVELO (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia: 86 RAQUI ANESTESIA + SEDACAO

### Equipe Médica

CIRURGIAO 13783 LEONARDO CAMAROTTI DE OLIVEIRA CANEJO  
ANESTESISTA 20703 CARLOS EMERSON BORGES SILVA

### Descrição

#### Descrição Cirúrgica :

##### DESCRIÇÃO CIRÚRGICA

1. PACIENTE EM DECUBITO VENTRAL SOB ANESTESIA
2. ASSEPSIA E ANTISSEPISIA
3. INCISAO POSTERIOR P/ UMERÓ DISTAL COM HEMOSTASIA POR PLANOS
4. DISSECÇÃO POR PLANOS + ISOLAMENTO DO NERVO ULNAR + OSTEOTOMIA DE CONSOLIDAÇÃO VICIOSA DE FRATURA DO OLECRANO E LIBERAÇÃO DO TRICEPS
5. IDENTIFICADO PERDA DE TROClea , CONDILO LATERAL E CAPITULO
6. RESSECÇÃO DA CABEÇA DO RADIO + CRUENTIZAÇÃO DO UMERÓ DISTAL E ULNA PROXIMAL
7. REDUÇÃO DOS FRAGMENTOS + FIXAÇÃO EM 90 GRAUS COM PLACA DCP 12FUROS 4,5 + PARAFUSOS CORTICAIS + COLOCAÇÃO DE ENXERTO ÓSSEO + FIXAÇÃO DO TRICEPS COM ETHIBOND 5
8. SUTURA POR PLANOS COM VYCRIL + NYLON + COLOCAÇÃO DRENO PORTOVAC + BOA PERFUSAO DISTAL AO FINAL DO PROCEDIMENTO

#### Assinaturas Cirúrgicas:

#### Descrição Complementar

Dr. Leonardo Canejo  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM 13783

DR(A) : LEONARDO CAMAROTTI DE OLIVEIRA CANEJO  
CRM : 13783





Aviso de Cirurgia : 41823

Paciente : 94813

Convênio Atend. : 1

Leito : 624

Dt. Início : 23/06/2019 12:00 Dt. Fim : 23/06/2019 12:49

Sala : 0002

SALA 02

RICARDO JOSE DA SILVA

SUS - INTERNACAO

LEITO 11

Atendimento : 507259

Carteira :

Idade : 47 Anos

Cid Pré-Operatório :

Cid Pós-Operatório :

### Procedimentos

Procedimento: 0415040027

DEBRIDAMENTO DE FASCEITE NECROTIZANTE (PRINCIPAL)

Convênio: 001

SUS - INTERNACAO

Anestesia: 88

RAQUI ANESTESIA + SEDACAO

CIRURGIAO

16558 PEDRO AURELIANO AMADOR DE CARVALHO

### Descrição Cirúrgica :

1. PACIENTE EM DDH
2. ASSEPSIA E ANTISSEPSIA
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTEREIS
4. ABRO F.O.
5. VISUALIZO SECREÇÃO SANGUINOLENTA COM CALOR LOCAL
6. LAVO COM SF 0.9%
7. DEBRIDO TECIDOS DESVITALIZADOS
8. LAVO COM SF 0.9%
9. ARTROTOMIA JOELHO COM DRENAGEM DE SECREÇÃO SANGUINOLENTA QUENTE
10. LAVO COM SF 0.9%
11. APOSIÇÃO DRENO LAMINAR
12. APROXIMO BORDOS DA FERIDA + CURATIVO

Achados Cirúrgicos:

Descrição Complementar

DR(A) : PEDRO AURELIANO AMADOR DE CARVALHO  
CRM : 16558

H - Hospital Dom Helder Camara  
Soluções Lyra  
Faturamento / SAME  
Em: 07 AGO. 2019



**Ficha de Cirurgia Descritiva**

Aviso de Cirurgia : 42464 Sala : 0002 SALA 02  
Paciente : 94813 RICARDO JOSE DA SILVA Atendimento : 507259  
Convênio Atend. : 1 SUS - INTERNACAO Carteira :  
Leito : 704 402 - 02 - LT TRAUMA Idade : 47 Anos  
Dt. Início : 07/08/2019 12:00 Dt. Fim : 07/08/2019 14:00

Sid Pré-Operatório :

Sid Pós-Operatório :

**Procedimentos**

Procedimento: 0408020547 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO OU FRATURA-LUXAÇÃO DO COTOVELO (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia: 86 RAQUI ANESTESIA + SEDACAO

**Equipe Médica**

CIRURGIAO 13783 LEONARDO CAMAROTTI DE OLIVEIRA CANEJO  
ANESTESISTA 20703 CARLOS EMERSON BORGES SILVA

**Descrição**

**Descrição Cirúrgica :**

**DESCRIÇÃO CIRÚRGICA**

1. PACIENTE EM DECUBITO VENTRAL SOB ANESTESIA
2. ASSEPSIA E ANTISSEPISIA
3. INCISAO POSTERIOR P/ UMERO DISTAL COM HEMOSTASIA POR PLANOS
4. DISSECÇÃO POR PLANOS + ISOLAMENTO DO NERVO ULNAR + OSTEOTOMIA DE CONSOLIDAÇÃO VICIOSA DE FRATURA DO OLECRANO E LIBERAÇÃO DO TRICEPS
5. IDENTIFICADO PERDA DE TROClea, CONDILO LATERAL E CAPITULO
6. RESSECÇÃO DA CABEÇA DO RADIO + CRUENTIZAÇÃO DO UMERO DISTAL E ULNA PROXIMAL
7. REDUÇÃO DOS FRAGMENTOS + FIXAÇÃO EM 90 GRAUS COM PLACA DCP 12FUROS 4,5 + PARAFUSOS CORTICAIS +
8. COLOCAÇÃO DE ENXERTO OSSEO + FIXAÇÃO DO TRICEPS COM ETHIBOND 5
8. SUTURA POR PLANOS COM VYCRIL + NYLON + COLOCAÇÃO DRENO PORTOVAC + BOA PERFUSAO DISTAL AO FINAL DO PROCEDIMENTO

**Atos Cirúrgicos:**

**Descrição Complementar**

DR(A) : LEONARDO CAMAROTTI DE OLIVEIRA CANEJO  
CRM : 13783

Dr. Leonardo Canejo  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM 13783



Ficha de Cirurgia Descritiva

Aviso de Cirurgia : 41962 Sala : 0005 SALA 05  
Paciente : 94813 RICARDO JOSE DA SILVA  
Convênio Atend. : 1 SUS - INTERNACAO Atendimento : 507259  
Leito : 704 402 - 02 - LT TRAUMA Carteira :  
Dt. Inicio : Dt. Fim : 02/07/2019 22:07 Idade : 47 Anos  
Cid Pré-Operatório : S821 FRATURA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DA TIBIA  
Cid Pós-Operatório :

Procedimentos

Procedimento: 0415040035 DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia: 05 RAQUI ANESTESIA

Equipe Médica

CIRURGIAQ 14861 REINALDO MENDES DE CARVALHO  
ANESTESISTA 15883 DEBORA SPENCER DE CASTRO LEITAO

Descrição

Descrição Cirúrgica :

DIAGNOSTICO : ARTRITE SEPTICA DE JOELHO DIREITO

DESCRIÇÃO - DESCRIÇÃO CIRÚRGICA

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL HORIZONTAL SOB RAQUI-ANESTESIA
2. ASSEPSIA E ANTI-SEPSIA DO MIDIREITO
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS
4. LIMPEZA CIRÚRGICA EXAUSTIVA COM SF (05L) + DESBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS POR FERIDA OPERATORIA PREVIA
5. COLOCAÇÃO DE DRENO PENROSE
6. CURATIVO
7. SOLICITO CULTURA

Achados Cirúrgicos:

Descrição Complementar

Reinaldo M. de Carvalho  
Traumato - Ortopedia  
CRM-PE 14861

DR(A) : REINALDO MENDES DE CARVALHO  
CRM : 14861

CH - Hospital Dom Helder Camara  
Sérgio Lyra  
Faturamento / SAME  
07 AGO. 2019







# HOSPITAL METROPOLITANO DOM HELDER CAMARA



Atendimento: 502099

Data e Hora: 24/05/2019 11:07

Senha da Classificação:

0019

Paciente: 94813 RICARDO JOSE DA SILVA

Sexo: MASCULINO

Data do Nascimento: 15/09/1971 Idade: 47 anos

Convenio: 2

SUS/SIA AMB/URG

Nome da Mãe: JOSEFA OLINDINA DA SILVA

Nome do Pai: JOSE JOAO DA SILVA

Estado Civil: CASADO

Nome do Médico: XISTO PESSOA DE LUNA NETO

Endereço: RUA SITIO TOMAS GAIBU -- BAIRRO GAIBU

Bairro: CENTRO

Cidade/UF: CABO DE SANTO AGOSTINHO PE

Usuário Atendimento: SANDRACA

RG (Identidade): 3923975

SSP PE

Data de Emissão:

CPF (Cadastro de Pessoa Física): 92027539468

Fone:

Cartão SUS: 700006579481807

Data de Emissão CRN:

CRM: 16635

Helder Camara

CRN

AME

06 JUN 2019

## RESUMO DE TRATAMENTO

Peso: \_\_\_\_\_ Altura: \_\_\_\_\_ Temperatura: \_\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

### Queixa Principal

Acidente motociclístico  
Nas vias e desmoronamento  
Refere dor abdominal, lombar e ombro D

### Exame Físico

- A - Vias aéreas permeáveis e claras
- B - Mucosa normal
- C - Hemodinamicamente estável
- D - ECG 14 desorientado
- E - Emocionado

### Diagnóstico

Poli-trauma

### Conduta Terapêutica

IC / Rx

### Prescrição Médica

ATENDIDO  
SF 0,9% 1000ml IV  
Ibuprofeno 100mg + 100ml SF IV  
Aspirina 100mg + AD IV

Dr. Xisto Pessoa de Luna Neto  
Cirurgião Geral  
CRM/PE 16635

Carimbo/Médico

EM CASO DE INTERNAÇÃO FAVOR INFORMAR

UNIDADE: \_\_\_\_\_  
LEITO DO PACIENTE: \_\_\_\_\_

Dr. Marcelo Lima  
Cirurgião Craniofacial  
CRM: 13.754

Dr. Bruno Souto  
Ortopedista Traumatologia  
CRM/PE 25693

ATENDIDO  
Normal Oup @ 500ml SF IV



**LAUDO MÉDICO**

Dr. Henrique P. de Lima  
Médico Ortopedista  
CRM-PE 14.140/2014

Data de Atendimento:

22/10/21

Nº PRONTUÁRIO:

NOME DO PACIENTE:

RICARDO JOSE DA SILVA

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:

PO'S-OPERATÓRIO DE  
ARTRODESE DE COTOVELO DIR  
C/ PSEUDARTROSE E QUEBRA DE  
MATERIAL.

CID:

M19.4/M25.5/Z98.4/M84.4/T82.1

OBS.:

Operado há + de 2 anos. Levou a  
fazer novo procedimento cirúrgico,  
Nº DIAS ( ) AFASTAMENTO DO TRABALHO

p/ Tratamento da pseudartrose  
SEQUELA DEFINITIVA  
E IRREVERSÍVEL, a/ ruptura  
do cotovelo e v. de força muscular  
INTENSA.

Assinatura do Médico

Carimbo

COD. 38391





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**4ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho**

Rua Cento e Sessenta e Três, QUADRA 191, ANEXO - Forum do Cabo de Santo Agostinho, 7º andar - E-mail:  
vciv04.cabo@tjpe.jus.br, Garapu, CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE - CEP: 54518-430 - F:( )

Processo nº **0028853-10.2021.8.17.2370**

AUTOR: RICARDO JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DECISÃO**

Vistos, etc ...

A petição inicial preenche os requisitos mínimos exigidos pela lei e não é o caso de improcedência liminar do pedido.

Embora, em tese, seja possível e admissível a composição neste caso, não será designada audiência de conciliação/mediação. Em demandas da mesma natureza que tramitam neste juízo a referida audiência apenas está por retardar a prestação jurisdicional. O réu, ciente de que poderá apresentar contestação no prazo de 15 dias após a audiência (se não houver acordo), não se interessa pela conciliação. A prestação judicial deve ser célere. Da mesma forma que a conciliação deve ser buscada a todo tempo, a parte tem direito de obter a solução integral do mérito em tempo razoável, nos termos do artigo 4º do CPC e 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal de 1.988. Portanto, a designação de audiência de conciliação, por mera formalidade, sem qualquer efetividade, atenta contra os valores da conciliação e o princípio da duração razoável do processo.

Por outro lado, não há que se cogitar em prejuízo, tendo em vista que as partes, no curso do processo, podem manifestar interesse na conciliação e, neste caso, será designada, a qualquer tempo, audiência de conciliação por este juízo. Não se pode permitir que tal audiência viole o princípio constitucional e direito fundamental da duração razoável do processo, quando se verifica que tais atos processuais, em determinadas demandas, como é o caso desta, não apresentam, concretamente, qualquer efetividade.



Defiro a gratuidade.

Cite-se o réu para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231 c/c art. 335, III, do CPC, sob as penas da lei.

Com a vinda da resposta, intime-se a parte autora para réplica em 15 dias (arts.350 e 351, do CPC), por ato ordinatório, bem como, e, no mesmo prazo, intmem-se as partes para declinarem se pretendem produzir outras provas, indicando-as e especificando sua finalidade, vedado o protesto genérico, sob pena de indeferimento, ADVERTINDO-AS de que sua omissão importará em julgamento antecipado da lide (art. 355, I, do CPC).

Intimações e expedientes necessários.

P.R.I.

CABO DE SANTO AGOSTINHO, 1 de dezembro de 2021.

Juiz(a) de Direito

